

A importância do Golfo da Guiné para o Brasil: a perspectiva da oceanopolítica nacional

Luiza Bizzo Affonso¹

RESUMO

Este trabalho tem como meta a aplicação dos princípios da oceanopolítica para destacar a relevância do Golfo da Guiné para o Brasil, uma região de importância estratégica no Atlântico Sul. Por meio da abordagem oceanopolítica, enfatizamos a necessidade de maior envolvimento brasileiro na região, com foco em cooperação regional, segurança e defesa. O Golfo da Guiné é identificado nos documentos de defesa brasileiros como prioritário para os interesses nacionais, dada sua relevância econômica, geopolítica e estratégica. A região enfrenta desafios significativos de insegurança marítima, como a pirataria e o tráfico ilícito, que impactam diretamente a estabilidade do Atlântico Sul e, por consequência, os interesses brasileiros. Além disso, a presença de potências extrarregionais no Atlântico Sul sublinha a necessidade de fortalecimento da projeção de poder do Brasil. A participação ativa do Brasil em organizações como a ZOPACAS e o G7++FoGG, bem como em operações militares na região, demonstra seu compromisso com a segurança marítima e a cooperação internacional. No entanto, é necessário maior coordenação entre os diversos projetos de governança regional, o que representa uma oportunidade para o Brasil desempenhar um papel mais estratégico no Golfo da Guiné. O trabalho conclui que o aprofundamento do envolvimento brasileiro na região é essencial para consolidar sua posição no Atlântico Sul e sugere que as políticas públicas de longo prazo devem ser reforçadas para garantir uma atuação eficaz e contínua.

Palavras-chave: Golfo da Guiné; Oceanopolítica; Brasil.

¹ Professora e Coordenadora de Relações Internacionais da Universidade Católica de Petrópolis (UCP). Doutora em Estudos Marítimos pelo PPGEM/EGN, Mestre em Relações Internacionais pela UERJ, Graduada em Relações Internacionais pelo Ibmecc-RJ. Email: luiza_bizzo@hotmail.com/ ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0856-6354>

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, temos como objetivo a aplicação das ideias da oceanopolítica para chamar a atenção dos formuladores de políticas públicas para uma região de grande relevância para o Estado brasileiro: o Golfo da Guiné (“GG”).

Ao empregarmos as ideias da oceanopolítica, demonstramos a importância do GG considerando o espaço oceanopolítico brasileiro. Aqui compreendemos a oceanopolítica como um subcampo da geopolítica, o qual evidencia “o protagonismo dos oceanos (...) para o engrandecimento do Estado” (COSTA, 2016, p. 67). Logo, a concepção do Golfo da Guiné aqui é formada desde o Brasil. É a partir, principalmente, da oceanopolítica brasileira que apontamos a importância do maior engajamento brasileiro no Golfo da Guiné e do estreitamento da cooperação regional, com maior foco nas questões de defesa e segurança.

Para tal, dividimos este artigo em quatro seções, além da introdução e da conclusão. Inicialmente, apresentaremos a região do Golfo da Guiné e destacaremos sua importância internacional. Em um segundo momento, debateremos o conceito de “oceanopolítica”. Posteriormente, a partir das ideias da oceanopolítica, argumentaremos o porquê o Golfo da Guiné deve se tornar prioridade das nossas agendas de políticas públicas. Finalmente, apresentaremos algumas iniciativas nacionais voltadas para a promoção da segurança no GG, a fim de refletirmos as lacunas que o Brasil pode vir a preencher.

O Golfo da Guiné: implicações internacionais

Atualmente, a área marítima conhecida como Golfo da Guiné é famosa por ser uma das regiões mais perigosas dos oceanos. Situada ao longo da costa oeste da África e banhada pelo Atlântico Sul, essa região tem sido alvo de interesses internacionais desde o século XVIII. Nessa época, era uma das principais rotas para o tráfico de pessoas escravizadas e o comércio de produtos europeus. Nos tempos mais recentes, o Golfo da Guiné tem se destacado pela sua vasta reserva de hidrocarbonetos, pois engloba os principais países produtores de petróleo do continente africano, como Angola, Nigéria e Guiné Equatorial (LUZ, 2016).

A importância internacional do Golfo da Guiné decorre não apenas de sua riqueza em recursos naturais, como petróleo e gás, mas

também devido ao seu papel como uma rota crucial de tráfego entre a África e a América do Sul. Essa rota é utilizada tanto para atividades legítimas, como o comércio entre Estados, quanto por grupos ilegais, como narcotraficantes e outras organizações criminosas, que aproveitam essas vias mais curtas. Além disso, os recursos naturais da região, especialmente o petróleo, são extraídos de forma menos onerosa em comparação com o Golfo Pérsico/Arábico e possuem uma qualidade superior devido ao baixo teor de enxofre (LUZ, 2016).

A posição mais próxima, em relação ao Oriente Médio, dos principais países consumidoras dos recursos energéticos, como os Estados Unidos e a Europa Ocidental, também se apresenta como uma vantagem, em virtude da redução de custos com o transporte marítimo. Outro fator de atração para as empresas petrolíferas multinacionais são as políticas fiscais dos Estados pertencentes ao Golfo da Guiné, visando atração de investimentos externos (LUZ, 2016; KAH, 2018).

Além das implicações geopolíticas e energéticas, é crucial considerar o impacto econômico global decorrente das questões de insegurança no Golfo da Guiné. Por exemplo, há perdas significativas para a indústria do petróleo devido ao roubo e sequestro de petroleiros e gasodutos, o que afeta diretamente os Estados da região e prejudica o interesse dos Estados com investimentos na área.

Outra indústria afetada é a de navegação, já que a pirataria marítima aumenta os custos operacionais devido à necessidade de adotar medidas de proteção para navios e tripulações, como o pagamento de seguros mais caros e a contratação de seguranças privados, além da possibilidade de ter que optar por rotas mais longas como alternativa. Além disso, o tráfico de drogas e de outros produtos ilícitos prejudica o comércio regional e internacional, impactando as exportações dos Estados do Golfo, que têm na Europa um de seus principais mercados consumidores (CABRITA, 2016; ONUOHA, 2013).

Sua delimitação geográfica corresponderia ao “ao espaço marítimo delimitado a oeste pelo meridiano que passa no Cabo Palmas na Libéria e o paralelo do Cabo Lopez no Gabão” (REIS RODRIGUES, 2014, p. 1), conforme observado no mapa abaixo (Figura 1):

comunicação marítima estratégicas no Golfo da Guiné, explicam por que a definição dos Estados pertencentes à sub-região pode mudar conforme os interesses e os atores envolvidos (ALI, 2014).

Nesse contexto, é fundamental reconhecer que a definição do Golfo da Guiné é, em última instância, um constructo político, moldado pelos discursos e interesses de diferentes agentes (NEUMANN, 2003). A delimitação geopolítica dessa região, portanto, reflete as prioridades e os objetivos de cada ator envolvido.

Com base nesse aspecto, aqui é adotada a definição do Golfo da Guiné da Marinha do Brasil (“MB”), uma vez que isso reflete uma perspectiva específica, ancorada nos interesses estratégicos e na oceanopolítica brasileira. Essa delimitação do GG vai além dos países banhados diretamente por suas águas, para incluir também parceiros estratégicos do Brasil, como Cabo Verde e Guiné-Bissau, além de outros Estados da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (“CPLP”). Essa escolha amplia o escopo da região, com base na percepção de que a projeção de poder e cooperação brasileira não se limita apenas à geografia imediata, mas também às relações políticas, econômicas e culturais regionais (VALENÇA; SILVA; RODRIGUES, 2020).

Desse modo, o estudo comandado pelo Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha do Brasil (“CEPE/MB”) aponta que o GG é formado por 19 países: Angola, Benim, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné Equatorial, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo:

Tal opção se deve pelo entendimento oceanopolítico do que consiste o GG para a projeção e realização de interesses brasileiros. Isso significa que uma percepção oceanopolítica do GG deve incluir não apenas os países banhados por suas águas, mas também aqueles que, de alguma forma possuem ações comuns regionais nos âmbitos político, econômico, cultural ou militar. Isso resultaria, por exemplo, na inclusão de Estados parceiros estratégicos do Brasil, além daqueles pertencentes à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (“CPLP”) vizinhos ao GG,

como Angola e Cabo Verde (VALENÇA; SILVA; RODRIGUES, 2020, p. 5).

Como essa região é aqui concebida desde o Brasil, a definição abrangente sobre o Golfo da Guiné da MB é aqui priorizada (ver Figura 2):

Figura 2 – Mapa do Golfo da Guiné



Fonte: (STABLE SEAS, 2020).

Contudo, adotar a perspectiva da Marinha do Brasil também apresenta desafios, uma vez que ao se focar em aspectos estratégicos de segurança e cooperação bilateral, há o risco de se distanciar de abordagens mais amplas e multissetoriais adotadas por outras organizações internacionais e atores regionais. Tal postura pode gerar dificuldades na harmonização de políticas multilaterais, sobretudo em fóruns internacionais que adotam delimitações mais restritas ou diferentes da região.

No entanto, essa abordagem abrangente está alinhada com os interesses nacionais brasileiros, particularmente no que tange à segurança marítima, ao combate à pirataria e ao tráfico ilícito, além da proteção de rotas comerciais e de plataformas de petróleo. Essa perspectiva reforça a relevância do Brasil como um ator central na cooperação atlântica, principalmente com os países da África Ocidental e Central. Além disso, essa visão permite ao Brasil solidificar parcerias com Estados africanos que compartilham interesses comuns nos âmbitos econômico, militar e

diplomático, expandindo sua influência na região do Atlântico Sul.

Oceanopolítica

O termo “oceanopolítica” foi cunhado pelo Almirante chileno Jorge Martínez Busch em seu livro “Oceanopolítica: una alternativa para el desarrollo” de 1993. Segundo Busch, a oceanopolítica pode ser definida como “o conceito que considera a existência do oceano no ambiente geográfico e a influência que ele tem nas decisões políticas. Seu objetivo fundamental é garantir que a gestão política considere o oceano como o espaço natural para o futuro desenvolvimento e crescimento do Estado.”² (BUSCH, 1993).

Por sua vez, o Almirante Ilques Barbosa Junior entende que a oceanopolítica “envolve o estado como elemento central para a adoção de decisões soberanas, considerando os espaços oceânicos, sobre o destino de sua população, assim como nas relações de poder com outros estados e, considerando a conjuntura político-estratégica internacional, com os demais atores das relações internacionais” (BARBOSA JUNIOR, 2012, p. 219).

O estudo sobre a relação entre o poder, os mares e oceanos não é algo inédito. Alfred Mahan, um dos grandes nomes da Teoria do Poder Marítimo³, já afirmava no final do século XIX a importância do poder naval para o desenvolvimento das nações: “Uma nação, como já mostramos, não pode viver indefinidamente apenas de si mesma, e a maneira mais fácil pela qual ela pode se comunicar com outros povos e renovar sua própria força é o mar”⁴ (MAHAN, 1890, p. 92).

Na geopolítica brasileira, as preocupações com o desenvolvimento das capacidades marítimas nacionais ganham mais notoriedade com os trabalhos de Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro. Meira Mattos

2 No original, em espanhol: “Oceanopolítica es el concepto que considera la existencia del océano en el entorno geográfico y la influencia que esta tiene sobre las decisiones políticas. Su propósito fundamental es lograr que la gestión política considere al océano como el espacio natural para el desarrollo y crecimiento futuro del Estado”

3 A Teoria do Poder Marítimo pode ser entendida como “a capacidade de um Estado de controlar e utilizar em benefício próprio as comunicações marítimas que influenciem diretamente o seu comércio marítimo, obtendo assim uma incomensurável vantagem econômica e militar sobre seus competidores, além de impulsionar o seu desenvolvimento” (COSTA, 2018, p. 17).

4 No original, em inglês: “A nation, as we have already shown, cannot live indefinitely off itself, and the easiest way by which it can communicate with other peoples and renew its own strength is the sea.”

afirmava a importância econômica do Atlântico Sul, considerando-o “o pulmão do Brasil para o mundo exterior”⁵ e nosso grande elo com o continente africano. Já Therezinha de Castro identificava o Atlântico Sul, sendo fonte de grandes riquezas, como ponto de partida para o desenvolvimento do nosso potencial, defendendo até mesmo a partilha da Antártida, sob a qual o Brasil deveria ter direitos devido a nossa grande extensão litorânea⁶.

Desse modo, a geopolítica nacional já trazia a preocupação com os mares e oceanos. No entanto, apontamos a necessidade de um olhar mais atento para a oceanopolítica brasileira, uma vez que a oceanopolítica “por atuar em ambiente totalmente diverso do terrestre [...] desenvolve uma série de conceitos [...] voltados para o emprego de sistemas hidroviários e portuários, sejam fluviais ou marítimos, dos recursos naturais existentes no mar, da mentalidade marítima” (BARBOSA JUNIOR, 2009, p. 60).

Enquanto o estudo da geopolítica sobre o mar é feito pela perspectiva da terra, a oceanopolítica estuda e compreende os espaços marítimos a partir do próprio mar. Não entendemos a oceanopolítica como oposição à geopolítica, mas como um complemento a ela, uma vez que a oceanopolítica estuda as relações de poder com foco nos oceanos. (DÁVALOS, 2018, p. 195). Como o Brasil possui a maior plataforma marítima e o maior litoral entre os demais Estados banhados pelo Atlântico, defendemos um olhar mais atento sobre a oceanopolítica nacional. Em consonância com essas ideias, adotamos o conceito de oceanopolítica de Guilherme Costa, que a define como “o estudo das relações do Estado com os espaços oceânicos e a influência deste relacionamento no desenvolvimento de políticas e iniciativas voltadas ao protagonismo dos oceanos para o engrandecimento deste Estado” (COSTA, 2016, p. 67). Essa definição é aqui empregada, pois traz uma dimensão aplicada da relação do poder estatal com os espaços oceânicos, ao reforçar esse relacionamento como parte das políticas públicas nacionais.

Ao tratar o oceano como fator crucial para a formulação da Política Externa Brasileira e da política de defesa, em um espaço sensível como o Atlântico Sul, entorno estratégico do Brasil, a questão do poder

5 Ver mais em: MATTOS, Carlos de Meira. Geopolítica e Modernidade: a geopolítica brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002. MATTOS, Carlos de Meira. A Geopolítica e as Projeções do Poder. In: MATTOS, Carlos de Meira. Geopolítica. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. v. 1 e 3

6 Ver mais em: CASTRO, Therezinha. Antártica, o Assunto do Momento. Boletim Geográfico, v. 17, n. 150, p. 238-245, Maio-Junho 1959.

dos mares e dos oceanos é destacada. Visando o engrandecimento dos interesses nacionais brasileiros, enfatizamos tanto os argumentos do mar como espaço sociopolítico próprio quanto o da sua centralidade para o desenvolvimento das estratégias nacionais.

A importância de conceber os espaços marítimos nos valendo da oceanopolítica se deve, sobretudo, por esse ser um espaço político *sui generis*. Para a maior parte da literatura, o mar é visto como um meio, não como fonte ou fim de ação. No entanto, o mar pode ser pensado como uma instituição própria, já que é imbuído de regras e práticas, que repetidas ao longo do tempo, estabelece padrões estáveis de ação com base nas intenções dos agentes, de modo a criar expectativas e procedimentos comuns (VALENÇA; DUARTE, 2023, p. 29).

Dessas dinâmicas próprias derivam as particularidades dos espaços marítimos, a citar: (I) ausência de presença humana em grande parte da sua extensão; (II) ordenamento jurídico próprio (CNUDM de 1982); (III) grandes espaços marcados pela ausência da soberania⁷; (IV) lógica de transitoriedade, diferente da lógica de permanência dos meios terrestres; (V) maior dificuldade de acesso, aumentando a dependência de recursos financeiros e tecnológicos e acentuando a assimetria entre os Estados ricos e pobres.

Essas especificidades significam que os oceanos são vastas áreas desabitadas e inacessíveis, marcadas pela ausência de uma ocupação humana contínua. A falta de presença física e de infraestrutura permanente torna a fiscalização difícil, favorecendo atividades ilícitas como a pirataria e a pesca ilegal. A governança desses espaços exige uma abordagem diferente da usada em territórios terrestres, sendo necessário o uso de tecnologias avançadas e operações de alto custo para garantir a segurança e o monitoramento. Além disso, o acesso aos oceanos acentua desigualdades entre Estados, já que apenas os países mais ricos possuem os recursos tecnológicos e financeiros para explorar suas águas e assegurar a proteção de suas fronteiras marítimas.

Ainda, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) de 1982 estabelece um ordenamento jurídico próprio para os oceanos, regulando a exploração e uso dos mares, além de delimitar as fronteiras entre águas territoriais, zonas econômicas exclusivas e o alto-

7 “limites de confrontação de países são estabelecidos a partir das diversas interações decorrentes das relações de poder e não em decorrência do predomínio da influência das proximidades territoriais (BARBOSA JUNIOR, 2012, p. 213).”

mar, que está além da soberania de qualquer nação. Entretanto, essa legislação global enfrenta desafios práticos, pois Estados com menos capacidade econômica e tecnológica encontram dificuldades para monitorar e cumprir essas normas. A ausência de soberania em grande parte dos oceanos e a lógica de transitoriedade, diferente da fixidez dos territórios terrestres, fazem dos mares uma área estratégica e ao mesmo tempo vulnerável a atividades ilegais, tornando necessário um tratamento diferenciado para esses espaços políticos.

As características dos espaços oceânicos também pode ser percebida pelo que Martínez Busch apontou como “vetores da oceanopolítica”: (I) vetor comunicacional, o qual inclui o transporte marítimo e as telecomunicações; (II) vetor produtivo, que inclui a pesca, a produção de minerais e de energia limpa a partir dos oceanos; (III) vetor recreativo e turístico; (IV) vetor urbano, que se refere a interação entre o mar e a terra; (V) vetor jurídico, que tem como base a CNUDM de 1982 e (VI) vetor do poder, relacionado às políticas estatais (BUSCH, 1996).

Assim, tem-se os fatores da oceanopolítica abaixo (Figura 3):

Figura 3 - Fatores da Oceanopolítica



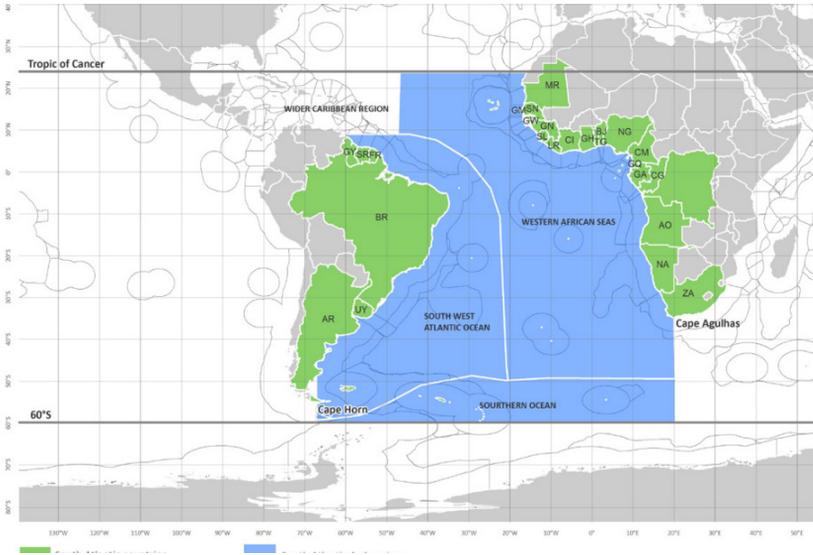
Fonte: (BUSCH, 1993, p. 5).

Compreendemos, portanto, na oceanopolítica a relação entre ideias e ações ligadas às questões de poder dos Estados e demais atores, a qual é englobada pela geopolítica, podendo então a oceanopolítica ser definida como a geopolítica nos espaços e regiões marítimas (DUVAUCHELLE RODRÍGUES, 1996). Na próxima seção, mostraremos a relação entre o Golfo da Guiné e a oceanopolítica nacional. A importância da oceanopolítica para a formulação das políticas externas e de defesa se devem também ao peso que os fatores geográficos, econômicos, políticos, estratégicos, sociais e culturais do oceano Atlântico tem para o Brasil.

Brasil e Golfo da Guiné: uma perspectiva da oceanopolítica

Como apontado, o maior interesse brasileiro no Golfo da Guiné se justifica, sobretudo, por ser uma região localizada em nosso entorno estratégico, que é o Atlântico Sul. Para fins geográficos, o oceano Atlântico é um dos cinco oceanos do planeta Terra, – junto com os oceanos Pacífico, Índico, Ártico e Antártico – mas a delimitação entre Atlântico Norte e Sul, mais do que uma divisão geográfica, é um constructo social, conforme abordaremos a seguir. O Atlântico Sul corresponderia à porção do oceano Atlântico localizado no hemisfério Sul, sendo “o espaço marítimo ao sul do Trópico de Câncer, composto pelas regiões (...) do Atlântico Sudoeste e Mares da África Ocidental, ou seja, excluindo o oceano Antártico e o Grande Caribe”, como pode ser observado no mapa a seguir (Figura 4) (SUAREZ VIVERO et. al., 2020 p. 153):

Figura 4 – Mapa do Atlântico Sul



Fonte: (SUAREZ VIVERO et. al., 2020 p. 153).

As questões que incidem na região que afetam a oceanopolítica brasileira são diversos, mas aqui mencionamos sucintamente fatores econômicos, estratégicos, políticos e sociais do Atlântico Sul e, particularmente, do GG que mais nela repercutem:

Fatores econômicos

Nos últimos anos, tem-se uma retomada da relevância econômica e geopolítica do Atlântico Sul, uma vez que as plataformas continentais sul-americanas e africana possuem inúmeros recursos naturais, como as reservas de petróleo na plataforma brasileira – principalmente após a descoberta de reservas na camada do pré-sal nos anos 2000 –, na plataforma argentina e no Golfo da Guiné. Também são encontrados importantes reservas de gás na Namíbia e de carvão na África do Sul. Ademais, encontra-se na região outros recursos naturais importantes, como nódulos polimetálicos e areia monazítica – materiais fundamentais para a indústria –, e grande variedade de recursos biológicos marinhos.

Além disso, o Atlântico Sul possui importante potencial de exploração:

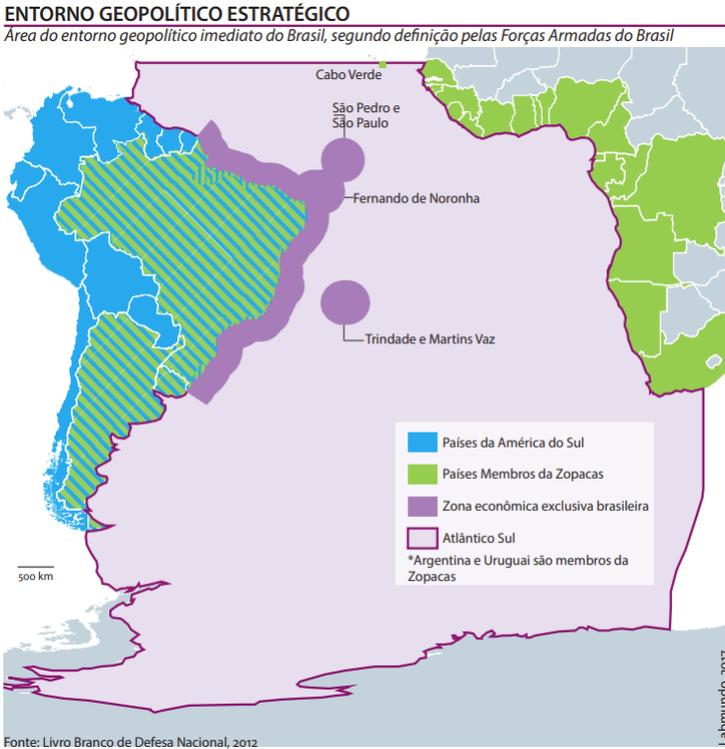
A possibilidade de ser uma rota de navegação comercial alternativa à rota do Golfo Pérsico-Mar Vermelho-Suez Mediterrâneo, a existência de um cinturão de reserva de hidrocarbonetos na costa argentina e brasileira e no Golfo da Guiné e o aproveitamento de certos recursos marinhos para obter energia limpa ou produtos biotecnológicos, preveem certo futuro, especialmente para aqueles países dispostos a inovar e a gerenciar, de modo racional, essas áreas marinhas (SUAREZ VIVERO et. al, 2020, p. 165).

Sobre a relevância econômica da região para o Brasil especificamente, destacam-se o tamanho da sua plataforma marítima e o fato de mais de 95% do seu comércio internacional ser realizado por meio marítimo. Da mesma forma, a maior parte das suas reservas de petróleo e gás natural estão no Atlântico Sul – 95% do petróleo e 80% do gás natural –, assim como 45% do pescado nacional, além da grande maioria da sua população se concentrar nos Estados federais brasileiros banhados pelo mar (FIORI, 2013; MARINHA, 2020). Essas questões também incidem na importância geopolítica e estratégica do GG para a o Brasil.

Fatores estratégicos e geopolíticos

A importância do Atlântico Sul e dos Estados da costa ocidental africana está explicitada nos principais documentos de defesa nacionais do Brasil, como na Política Nacional de Defesa (“PND”), na Estratégia Nacional de Defesa (“END”) e no Livro Branco de Defesa Nacional (“LBDN”). Da mesma forma, o Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040) afirma a necessidade de “maior participação e cooperação do Brasil no Atlântico Sul (...) como instrumento de política externa para fortalecer a dissuasão estratégica” (PEM, 2020). Logo, o Atlântico Sul, e por consequência o GG, fazem parte do entorno geopolítico estratégico brasileiro (AFFONSO; VALENÇA, 2023):

Figura 5 - Entorno Geopolítico Estratégico do Brasil

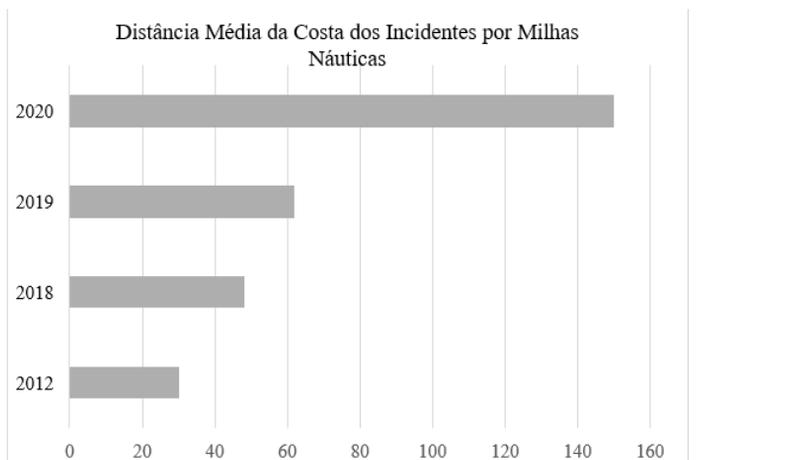


Fonte: (DE LIMA et al. 2017).

Ainda, todas as Linhas de Comunicação Marítimas que ligam o Brasil com o restante do mundo passam pelo Atlântico. O Atlântico Sul por ser uma das principais rotas de transporte e comunicação entre os continentes americano e africano, juntamente com globalização e com o maior fluxo de pessoas, de informações e das redes transnacionais fazem com que as ameaças se encontrem mais no escopo marítimo do que terrestre, como o tráfico de drogas, armas e pessoas.

Isso implica no fato de tanto o continente africano quanto o sul-americano enfrentarem desafios comuns à segurança internacional. Ainda, o Golfo da Guiné luta contra ameaças à sua segurança marítima, como é o caso da pirataria, e embora não seja o objetivo inicial, grupos piratas que atuam no GG possuem habilidades operacionais para realizar ataques em todo o Oceano Atlântico, além do fato de a cada ano os incidentes se afastarem cada vez mais da costa dos Estados do GG (ver Figura 6):

Figura 6 – Média da distância dos incidentes das costas dos Estados GG em milhas a cada ano



Fonte: (CEMLAWS AFRICA, 2021, p. 3).

Logo, a pirataria e outras ameaças na região, além de envolverem nosso entorno estratégico, são ameaças potenciais ao Brasil (SEINER, 2020). Tal preocupação já é percebida nos principais documentos de defesa nacional, uma vez que o Livro Branco de Defesa Nacional cita a apreensão nacional com o aumento de incidentes de pirataria e roubo armado no Golfo da Guiné, afirmando a importância do país em contribuir diretamente para o desenvolvimento das capacidades dos países pertencentes ao Golfo (LBDN, 2020).

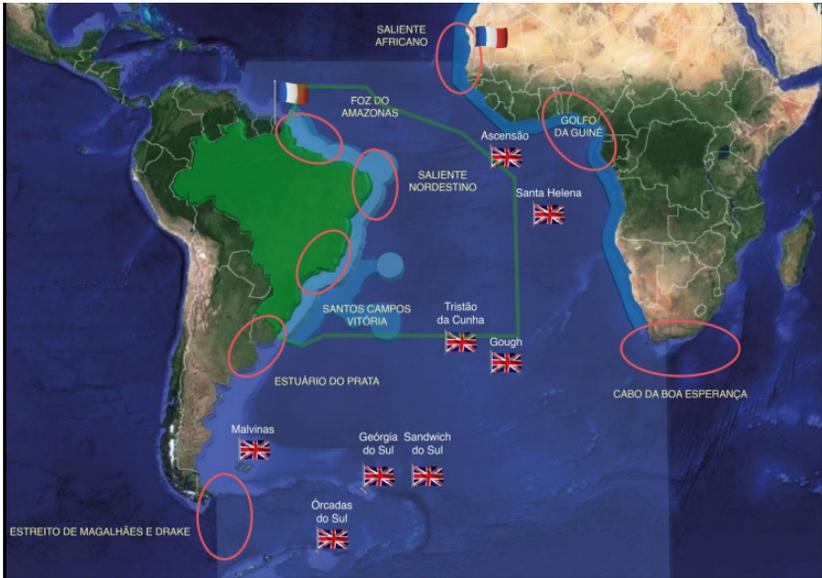
Ainda, sobre os elementos estratégicos do Atlântico Sul que incidem diretamente na oceanopolítica brasileira destacamos a grande presença de potências extrarregionais nesse espaço oceânico. Um exemplo são os EUA, os quais possuem bases navais na Ilha de Ascensão – a partir de um acordo com o Reino Unido – e os comandos militares do Sul, de 1963, e da África (“AFRICOM”), de 2007. Ainda, em 2008, os EUA reativaram sua IV Frota Naval, o que gerou muitas especulações, principalmente pela grande mídia, dada a maior presença norte-americana na região.

Além disso, o Reino Unido tem importante posicionamento estratégico no Atlântico, uma vez que possui uma série de ilhas, como Tristão da Cunha, Santa Helena, Malvinas, entre outras. Segundo José Luís Fiori, esses fatores caracterizam “uma situação de grande assimetria de recursos e de poder naval entre as duas potências anglo-saxônicas e os

demais países situados dos dois lados do Atlântico Sul” (FIORI, 2013, p. 8).

Como resultado, 28% do espaço jurisdicional do Atlântico Sul está sob predomínio europeu (SUAREZ VIVERO et. al., 2020 p. 153), conforme pode ser observado abaixo (Figura 7):

Figura 7 – Presença Europeia no Atlântico Sul e Entorno Estratégico Nacional



Fonte: (NUNES; SOUZA, 2021, p. 11).

Outro importante ator presente na região é a China, que possui objetivos econômicos, políticos e estratégicos, principalmente para garantir acesso às commodities e recursos energéticos. Desse modo, observamos no Atlântico Sul uma busca pelo balanço de poder e estratégias militares de potências extrarregionais em um espaço marcado cada vez mais por tensões e conflitos (COSTA, 2012).

Vale destacar também a proximidade do Atlântico Sul com a Antártida, região considerada por muitos como uma nova fronteira de exploração (VISENTINI; PEREIRA, 2014). Recentemente, tem-se a retomada da disputa marítima entre Chile e Argentina, importante atores sul-americanos, em torno da reivindicação chilena sobre território marítimo abrangido pela extensão das águas jurisdicionais argentinas. O Brasil, por

possuir pleitos sobre a ampliação da sua plataforma continental⁸, deve incluir no seu planejamento estratégico a possibilidade de contestação desse pedido por países da região. Ainda, deve ser considerado os interesses desses Estados sobre a Antártida, principalmente a partir de 2048, quando a moratória de exploração dos recursos naturais da região se encerra, “e que tanto a Argentina quanto o Chile reclamam soberania na região Antártica, por isso (...) a importância de se conseguir por meio do Direito do Mar ampliações de suas águas jurisdicionais nas proximidades dessa região (XAVIER, 2021).

Fatores Políticos

Da perspectiva da política externa brasileira, podemos afirmar que relação do Brasil com o Golfo da Guiné também se insere na lógica da cooperação Sul-Sul⁹, sendo um meio de aumentar a sua presença no Atlântico. Nesse âmbito, a atuação de empresas brasileiras no continente africano, como a Empraba, no aprimoramento tecnológico e no aumento da produção agrícola, em países como Gana, Mali e Nigéria, assim como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (“SENAI”), que possui centros de formação profissional em Angola, Guiné Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe são exemplos de elementos tanto facilitadores quando evidências da inserção brasileira na região.

Outro exemplo de esforços nacionais, visando maior engajamento nacional no Atlântico Sul, e que impactam na relação com o GG, é o conceito de “Amazônia Azul”¹⁰, criado em 2004. Também se destacam o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira¹¹ e a busca pela modernização militar, com Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e o Programa Nuclear da Marinha, os quais contemplam a criação

8 Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira, o qual inclui o Plano a elevação do Rio Grande (ERG), região rica em recursos minerais.

9 A relação Sul-Sul pode ser definida como uma parceria do Brasil com Estados regionais e não tradicionais, como Índia, China, Rússia e África do Sul, além da relação com países menos desenvolvidos da África, da Ásia e do Oriente Médio (PECEQUILLO, 2008).

10 “Amazônia Azul é a denominação do território marítimo brasileiro, que possui hoje aproximadamente de 3,6 milhões de km² referentes à soma da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) com a Plataforma Continental (PC) do Brasil (...) cunhado através da comparação das propriedades desse território marítimo com as do território amazônico, ambos abundantes em recursos naturais de importância estratégica para o Brasil” (MARINHA DO BRASIL).

11 Em 2018, foi incluído no Plano a elevação do Rio Grande (ERG), região rica em recursos minerais

de um submarino de propulsão nuclear (ABDENUR; DE SOUZA NETO, 2014).

No campo da política de defesa, a Estratégia Nacional de Defesa também afirma que, a fim de atender aos interesses nacionais, é “importante a ampliação de um ambiente de cooperação com países limítrofes do Atlântico Sul, principalmente por meio de suas Marinhas” (END, 2020, p. 32). Nesse sentido, o Brasil já possui relações de cooperação naval com algumas nações do Golfo da Guiné, como a realização de exercícios militares conjuntos; a formação das marinhas da Namíbia e de Cabo Verde e as missões de assessoria naval com São Tomé e Príncipe.

Fatores históricos, sociais e ideacionais

A importância do Atlântico Sul também remonta à História, por ser uma região de grandes transições entre Europa, América Latina e África. O passado colonial e o tráfico de pessoas escravizadas marcaram a região, o que pode ser percebido por meio do compartilhamento de influências linguísticas, culturais e religiosas entre as duas margens do oceano e pelo Brasil possuir a maior população de afrodescendentes fora do continente africano.

Essas questões incidem, por exemplo, no fato de o Brasil possuir a língua portuguesa em comum com alguns Estados da região. Desse modo, seis membros de um total de nove da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (“CPLP”¹²) são Estados limítrofes ao Atlântico Sul. Os laços da CPLP com o Golfo da Guiné se dão tanto por Estados banhados pelo Golfo fazerem parte da Comunidade, como também pela adesão da Guiné Equatorial como Estado-membro, em 2014, como resultado da política de aproximação guinéu-equatoriana dos países Países Africanos de Língua Portuguesa (“PALOP”) (RIZZI; DA SILVA, 2017).

Além da língua, existe uma intensa troca cultural, principalmente com os países lusófonos, por meio da música, do audiovisual e da religião. Tem-se, nesse âmbito, um crescimento da influência brasileira no continente africano: “o sucesso das telenovelas é inegável nos países

12 Seus Estados-membros são Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Portugal, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (MRE, 2020).

lusófonos africanos, enquanto a maré das igrejas evangélicas brasileiras, sobretudo da Igreja Universal do Reino de Deus, ultrapassa as fronteiras desses países e conhece um crescimento importante na África do Sul” (ALECASTRO, 2019, p. 26).

Por fim, sobre as relações Brasil-África, destaca-se a atuação brasileira no campo simbólico. Isso é evidenciado, por exemplo, no histórico da participação brasileira em missões de paz no continente africano. Nessas missões, observa-se a prioridade dada ao fornecimento de transporte, pessoal e material, diferentemente das contribuições financeiras feitas tradicionalmente pelos países do Norte global (FERREIRA; MIGON, 2016, pp. 103 e 104). A ideia de investir em parcerias e cooperações, com destaque para a formação de militares, por se relacionar com a dimensão ideacional, deixa o Brasil em posição de vantagem, para além da retórica anti-imperialista.

Esse tipo de cooperação, ao construir princípios e valores em comum com base nesses acordos, vão ao encontro da lógica de cooperação Sul-Sul, uma vez que:

se aproxima de um discurso e um valor simbólico que privilegia uma identidade compartilhada (experiência do subjugo colonial, desigualdade pós-colonial e vulnerabilidade à globalização neoliberal), rejeita hierarquias e defende princípios como não-interferência e soberania, enfatiza as oportunidades e os benefícios mútuos, bem como compartilha expertises específicas em tecnologias e em abordagens ao desenvolvimento apropriadas (CARDOSO, 2019, p. 19).

Embora a consolidação dessa identidade sul atlântica dependa de fatores conjunturais, como as vontades políticas e recursos econômicos, ela permite maior receptividade para uma maior atuação brasileira. No entanto, para que essas ações também sejam vantajosas para os Estados da região, é necessário que elas tenham como princípios os desenvolvimentos das capacidades locais e a busca da autonomia dos países para resolverem seus próprios problemas, findadas tais iniciativas. Caso contrário, a cooperação Sul-Sul perpetuará os padrões de dependência que caracterizam as relações Norte-Sul.

Participação brasileira no Golfo da Guiné

A maior atenção do Estado brasileiro para região tem como um de seus marcos a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (“ZOPACAS”), em 1986, visando ser um espaço de paz e cooperação, sendo uma área livre de armas nucleares. Ainda que presente no discurso político brasileiro como importante iniciativa multilateral, a ZOPACAS foi profundamente afetada pelas dinâmicas políticas do pós-Guerra Fria e pelas crises econômicas nos seus países membros. Na década de 2000, a ZOPACAS voltou a ser impulsionada por conta das descobertas de pré-sal na costa ocidental africana e na brasileira (ALMEIDA; BERNARDINO, 2013). Porém, a ZOPACAS não teve receptividade por parte de outros membros, entrando novamente em estado de hibernação. Dessa forma, o desinteresse institucional dos seus Estados membros faz com que os impactos da ZOPACAS sejam mais retóricos que políticos.

O Brasil também participa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (“CPLP”), cuja maioria dos membros, seis dos nove, são Estados limítrofes ao Atlântico Sul. A preocupação com temas de segurança e defesa passaram a fazer cada vez mais parte da agenda da Comunidade, que pode ser exemplificado pelos exercícios conjuntos – os Exercícios FELINO – de assistência humanitária e operações de paz promovidos pela Força Tarefa Conjunta e Combinada (“FTCC”) entre as Forças Armadas dos Estados-membros (AFFONSO; VALENÇA, 2023). A CPLP se destaca, também, na prevenção e resolução de conflitos, com a constituição de Missões de Observação e Grupos de Contato, como em São Tomé e Príncipe, no Timor Leste e na Guiné-Bissau (RIZZI; DA SILVA, 2017).

No que tange especificamente ao GG, um exemplo de cooperação naval é a participação de um oficial da Marinha brasileira no Centro inter-regional de coordenação entre os países do GG, podendo observar e participar das atividades desenvolvidas no âmbito da Arquitetura de Yaoundé (MRE, 2019).

Além de fazer parte do grupo G7 + Amigos do Golfo da Guiné (“G7++FOGG”)¹³ como membro observador, o Brasil também busca

13 O Grupo foi fundado sob a sigla G8+ FOOG. Com a saída da Rússia do G8, o grupo ficou conhecido como G7++FOGG. Além dos Estados do G7 – Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido – o grupo é também composto por outros atores internacionais, como Austrália (observador), Bélgica, Dinamarca, Holanda, Noruega, República da Coreia, Espanha, Suíça, Brasil (observador) e Portugal. As reuniões do grupo

contribuir para a estabilidade e segurança da região por meio da participação em diversas operações militares, como o Grand African NEMO, os Exercícios FELINO, o Obangame Express e as Operações Guinex, com os objetivos de fomentar a cooperação e o domínio marítimo (DEFESA, 2019).

Sobre a participação brasileira no Obangame Express, a Marinha do Brasil se destaca por enviar desde 2011 um Estado Maior, dirigido por um Capitão de Mar e Guerra brasileiro, responsável pela supervisão do Exercício na chamada Zona A – que abrange Angola, Congo e RDC – do GG. Desse modo, o Brasil é o único Estado, além dos EUA, responsável pelo comando de uma zona do GG durante o Obangame Express. Além de aumentar a projeção e visibilidade do Brasil, essa responsabilidade se mostra como uma oportunidade:

de apresentar às Marinhas africanas o modo brasileiro de operar e conduzir os treinamentos, o que pela experiência do autor tem agradado bastante os integrantes da zona A. A proximidade cultural entre os brasileiros e os angolanos também é digna de nota, facilitando a atuação e a interação durante o exercício. Uma vez que Luanda é a sede do Grupo Controlador do Exercício da OE, o EM brasileiro opera imerso num contexto lusófono, aliado a uma sociedade angolana que consome intensamente a cultura brasileira, sejam músicas ou novelas (FIGUEIREDO; DA SILVA, 2022, p. 422).

Enquanto o Grand African NEMO é liderada pela França e o Obangame Express pelos EUA, tem-se as Operações Guinex, que embora tenha a participação de Marinhas como a dos EUA, representa uma relação direta do Brasil com os países do GG. A Operação Guinex conta, até o momento, com quatro edições, de 2021, 2022, 2023 e 2024, tendo o objetivo de aumentar a interoperabilidade entre a Marinha do Brasil e as Marinhas

também têm a participação da União Europeia, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (“UNODC”), da Interpol e do Centro de Análise e Operações Marítimas – Narcóticos, além da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (“ECOWAS”), da Comunidade Econômica de Estados da África, da Comissão do GG e da União Africana (MARQUES, 2018).

e Guardas Costeiras dos Estados do GG, como Camarões, Nigéria, Costa do Marfim, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, por meio de adestramento e exercícios militares.

Ainda, o Brasil possui parceria, a partir de investimentos e acordos comerciais, com os Estados do continente africano, assim como cooperação em termos de defesa e estratégia. Destacamos, nesse sentido, os Grupos de Assessoramento Técnico (GAT) na Namíbia e em São Tomé e Príncipe, bem como a Missão de Assessoria Naval em Cabo Verde (FIGUEIREDO; DA SILVA, 2022, p. 428).

Conclusão

Este trabalho evidenciou a importância estratégica do Golfo da Guiné para o Brasil sob a ótica da oceanopolítica, abordando suas implicações econômicas, geopolíticas e de segurança. O Golfo da Guiné, como parte integrante do Atlântico Sul, exerce uma influência direta no entorno estratégico brasileiro, afetando tanto a política externa quanto a defesa nacional. As dinâmicas regionais, como a pirataria, a insegurança marítima e a presença de potências extrarregionais, tornam imperativa uma maior participação brasileira em iniciativas de cooperação e governança oceânica na região.

O Brasil, ao adotar uma abordagem oceanopolítica robusta, pode fortalecer sua posição geopolítica, não apenas consolidando sua influência no Atlântico Sul, mas também contribuindo para a segurança e desenvolvimento da região. A participação brasileira em organizações multilaterais, como a ZOPACAS e o G7++FoGG, e em exercícios militares como Obangame Express e Guinex, reforça o compromisso com a segurança marítima e a cooperação com os Estados do Golfo da Guiné.

Futuros estudos devem focar em explorar as potencialidades econômicas e estratégicas do Golfo da Guiné, bem como aprofundar as análises sobre a viabilidade e os desafios da projeção de poder do Brasil na região. É necessário investigar formas de superar os obstáculos logísticos e financeiros que limitam a presença brasileira, e, principalmente, buscar maior institucionalização das políticas voltadas ao Atlântico Sul, garantindo que a cooperação com os países da região seja duradoura, estratégica e baseada em interesses mútuos. Além disso, pesquisas podem ser conduzidas para identificar como o Brasil pode exercer uma liderança mais ativa na governança regional, promovendo maior coordenação entre

os projetos de segurança já existentes.

The importance of the Gulf of Guinea for Brazil: the perspective of national ocean policy

ABSTRACT

This work aims to apply the principles of oceanopolitics to highlight the relevance of the Gulf of Guinea for Brazil, a region of strategic importance in the South Atlantic. Through the oceanopolitical approach, we emphasize the need for greater Brazilian involvement in the region, focusing on regional cooperation, security, and defense. The Gulf of Guinea is identified in Brazilian defense documents as a priority for national interests, given its economic, geopolitical, and strategic relevance. The region faces significant maritime security challenges, such as piracy and illicit trafficking, which directly affect the stability of the South Atlantic and, consequently, Brazilian interests. Furthermore, the presence of extra-regional powers in the South Atlantic underscores the need for Brazil to strengthen its power projection. Brazil's active participation in organizations such as ZOPACAS and G7++FoGG, as well as in military operations in the region, demonstrates its commitment to maritime security and international cooperation. However, greater coordination is needed among the various regional governance projects, which presents an opportunity for Brazil to play a more strategic role in the Gulf of Guinea. The work concludes that deepening Brazil's involvement in the region is essential to consolidating its position in the South Atlantic and suggests that long-term public policies should be reinforced to ensure effective and continuous engagement.

Key-Words: Gulf of Guinea; Ocean Politics; Brazil.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana; DE SOUZA NETO, Danilo. O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul. *Rev. Bras. Polít. Int.* vol. 57, n. 1, 2014, pp. 5-21.

ACNUR. Agência da ONU para refugiados. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/nigeria/>. Acesso em 20 jul. 2022.

AFFONSO, Luiza; VALENÇA, Marcelo. A Cooperação Internacional e a Insegurança no Golfo da Guiné: Rumo a uma governança oceânica? *Revista Marítima Brasileira*, 2º Trimestre de 2023. pp. 139-154.

ALI, Kamal-Deen. Maritime security cooperation in the Gulf of Guinea: prospects and challenges, Doctor of Philosophy thesis, Australian National Centre for Ocean Resources and Security (ANCORS), University of Wollongong, 2014.

ALMEIDA, Eugênio Costa; BERNARDINO, Luís. A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul: organizações interzonais para a persecução da segurança marítima da bacia meridional atlântica. *Revista Militar*, n. 2532, p. 43 - 61, jan. 2013. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/797>.

BARBOSA JUNIOR, Ilques. Oceanopolítica: Conceitos Fundamentais: Amazônia Azul, in Ilques Barbosa Junior; Rodrigo More (orgs.) *Amazônia Azul: Política, Estratégia e Direito para o Oceano do Brasil*. Rio de Janeiro, Femar, 2012, pp. 205-231.

_____. Oceanopolítica: uma pesquisa preliminar. *Revista Marítima Brasileira*. n. 04/06. v. 129. 2009. Disponível em: http://www.revistamaritima.com.br/sites/default/files/rmb_2-2009.pdf . Acesso em 15 de agosto de 2019.

BUSCH, Jorge Martínez. *Oceanopolítica: una alternativa para el desarrollo*. Ed. Andres Bello, Santiago, Chile, 1993.

_____. El mar como sistema: los vectores para la oceanopolítica. Texto de

la clase magistral dictada por el señor comandante en jefe de la Armada, almirante don Jorge Martínez Busch, inaugurando el mes del mar. Viña del Mar. 1996. Disponível em: <http://www.revistamarina.cl/revistas/1997/4/martinez.pdf>. Acesso em 12 maio 2021.

CABRITA, Dinis Filipe. O GG, um novo fenómeno na pirataria marítima depois da Somália: Implicações globais para a Aliança Atlântica, para a União Europeia e para Portugal em particular. Trabalho de Investigação Individual do CPOS M. Pedrouços, 2016.

CARDOSO, João Victor. Cooperação Brasil-Nigéria: A Dimensão Material e Ideacional da Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Nigéria no Campo da Bioenergia (1999-2013). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2019.

CEMLAWS AFRICA. Gulf of Guinea: Piracy-graphics 2020. Maritime Governance Brief, abril 2021, vol.2, n.2. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1k5y0CeiqdM5LdMkWX_jCgAOtEALTNKH3/view. Acesso em maio 2022.

COSTA, Guilherme. RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO SÉCULO XXI: DESAFIOS AO PODER NAVAL BRASILEIRO. O poder naval, a interdependência complexa e o espaço oceanopolítico brasileiro. Escola de Guerra Naval, 2016.

COSTA, Wanderley Messias da. Projeção do Brasil no Atlântico Sul: geopolítica e estratégia., Revista USP. São Paulo. n. 95, 2012, p. 9-22. DÁVALOS, 2018, p. 195

DE LIMA, Maria Regina Soares, et al. Atlas de Política Brasileira de Defesa, 2017.

DEFESA. Disponível em: <https://www.defesa.tv.br/marinha-do-brasil-encerra-sua-participacao-no-exercicio-multinacional-obangame-express-2019/>. Acesso em 15 fev. 2020.

DUVAUCHELLE RODRÍGUEZ, Mario. La Geopolítica y la Oceanopolítica:

Sus Orígenes, Fundamentos y Relaciones; perspectiva chilena. Revista Marina, n. 835, novembro-dezembro, 1996.

ESTRATEGIA NACIONAL DE DEFESA (END). Brasil 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-edefesa/pnd_end_congresso_1.pdf. Acesso em 12 outubro 2020.

FERREIRA, Sylvio; MIGON, Eduardo. Cooperação técnica em segurança & defesa: presença do Brasil na África. Revista Brasileira de Estudos Africanos. v.1, n.2, Jul./Dez. 2016, p. 94-111.

FIGUEIREDO, Moreno; DA SILVA, Marcos Valle. Obangame Express – uma “ponte estratégica” para o Golfo da Guiné. Rev. Esc. Guerra Nav., Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 405-435, maio/agosto 2022.

FIORI, Jose Luis. O Brasil e seu ‘entorno estratégico’ na primeira década do século XXI. Boitempo, 2013.

KAH, Henry K. Governança de recursos, conflito e insegurança no Golfo da Guiné no século XXI. Tensões Mundiais, v. 8, n. 15, p. 165 - 191, 22 out. 2018.

LIVROBRANCODEDEFESA NACIONAL (LBDN). Brasil 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf. Acesso em 12 outubro 2020.

LUZ, Margarida. A Pirataria no Golfo da Guiné: Como precaver a intensificação do fenómeno da insegurança no Golfo da Guiné e reconduzir a região a uma situação de estabilidade e segurança? Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2016.

MAHAN, Alfred T. The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783. Boston: Little, Brown, and Company, 1890.

MARINHA DO BRASIL. Site da Marinha. Disponível em: https://www.mar.mil.br/hotsites/amazonia_azul/. Acesso em 01 mar. 2020.

NEUMANN, Iver. A Region-Building Approach. In: SÖDERBAUM, F.; SHAW, T. M. (eds.). *Theories of New Regionalism*. London: Palgrave Macmillan, 2003.

NUNES, Carlos; SOUZA, Cristiano. A experiência da participação brasileira na Força-Tarefa Marítima da UNIFIL: uma abordagem sobre a potencial contribuição para a manutenção do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola Superior de Defesa. Brasília, 2021. Disponível em: https://repositorio.esg.br/bitstream/123456789/1414/1/CARLOS%20NUNES_CRISTIANO%20SOUZA%20%289D%29.pdf. Acesso em 14 maio 2022.

OLIVEIRA, Ricardo. *Oil and Politics in Gulf of Guinea*. London: Hurst & Co/New York: Columbia University Press, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Site da Organização das Nações Unidas, 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/especial-paises-do-golfo-da-guine-discutem-solucoes-contra-pirataria-na-regiao/>. Acesso em 28 jan. 2020. Acesso em 28 jan. 2020.

ONUOHA, F. C. Piracy and Maritime Security in the Gulf of Guinea: Trends, Concerns, and Propositions. *The Journal of the Middle East and Africa*, v. 4, n. 3, p. 267-293, 2013.

PLANO ESTRATÉGICO DA MARINHA (PEM 2040). Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada, Brasília-DF: 2020.

REIS RODRIGUES, Alexandre. A segurança no Golfo da Guiné. *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*. 2014.

RIZZI, Kamilla; DA SILVA, Isabella. A CPLP como mecanismo de atuação do Brasil no Atlântico Sul: a ampliação da cooperação, os desafios e a possibilidade de liderança. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, Porto Alegre, v.2, n.4, pp. 32-63, Jul./Dez. 2017.

SEINER, Marcio. O Golfo da Guiné: Proposições para o combate à pirataria, considerando as práticas adotadas na costa da Somália. Tese de Conclusão de Curso. Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 2020.

STABLE SEAS. Stable Seas: Gulf of Guinea. One Earth Future. Março de 2020. Acesso em 25 out. 2021.

SUÁREZ DE VIVERO, Juan L. et al. The paradox of public participation in fisheries governance. The rising number of actors and the devolution process. *Marine Policy*, 2007.

VALENÇA, Marcelo; DUARTE, Daniel. The Sea as an Institution. In: MOREIRA, William; KENNEDY, Greg (ed.). *Power and the Maritime Domain: A Global Dialogue*, Corbett Centre for Maritime Policy Studies Series, Routledge, 2023.

VALENÇA, Marcelo M.; SILVA; Marcio Magno de Faria Franco e; RODRIGUES, Claudio Marin (coordenadores). *Oceanopolítica do Golfo da Guiné. Relatório Conclusivo de Pesquisa*. Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha do Brasil (CEPE-MB). 2020, 117 p, Rio de Janeiro. VISENTINI, Paulo; PEREIRA, Analúcia. O Atlântico Sul como espaço estratégico para o Brasil: Política Externa e de Defesa. In.: ARTURI, Carlos (org.). *Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança*, cap. 4, pp. 84-98, Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_38.pdf. Acesso em 14 maio 2022.

XAVIER, Tito. Disputa marítima entre Chile e Argentina: novo período de tensões? 14 de set. de 2021. Disponível em: <https://www.atitoxavier.com/post/disputa-mar%C3%ADtima-entre-chile-e-argentina-novo-per%C3%ADodo-de-tens%C3%B5es#:~:text=%C3%89%20interessante%20analisar%20que%20em,jurisdicionais%20nas%20proximidades%20dessa%20regi%C3%A3o>. Acesso em 14 de nov. 2022.